

Trabalho e reprodução cotidiana: novas evidências empíricas e tematizações emergentes no debate brasileiro



Nadya Araujo Castro*

A nova sociologia das relações e desigualdades sociais no trabalho tem instigado os estudos de população, estimulando-os com novas abordagens sobre o tema "trabalho, família e reprodução". Destaca-se, hoje, o significado das mudanças que se dão tanto no âmbito da família, quanto no âmbito do mercado de trabalho; tanto numa ordem simbólica e subjetiva, como numa ordem jurídica e normativa; tanto na dimensão das oportunidades econômicas, quanto na dimensão das condições políticas de exercício da cidadania.

Trabalho, família e reprodução

Em momentos críticos do debate intelectual, a desestabilização de um paradigma teórico costuma deslegitimar temas até então caros à comunidade que produzia sob o seu influxo. Nos últimos anos, esse pareceu ser o caso das análises sobre "trabalho e reprodução".

No âmbito dos estudos de população, esse binômio esteve mediado por um terceiro elemento, que lhe deu um sentido particular, tornando-o mais propriamente um trinômio: "trabalho, família e reprodução". Sob o influxo de uma lógica funcional de análise, a família – vista como *locus* da construção de alian-

ças, solidariedades e estratégias intra-grupais – passou a ser representada como o espaço mediador de uma relação utilitária e finalística que os agentes sociais manteriam, a partir do nível microsocial, com a dinâmica da sociedade global. Nesse sentido, o binômio "trabalho-reprodução" remetia a um modo de dominação particular, que teria no grupo familiar uma das principais instâncias instrumentais do seu exercício legítimo.

Em vista disso, por um certo tempo convergiram, quase que se reduzindo uma a outra, duas dimensões analíticas distintas: a da família como relação social – e, nesse sentido, espaço de práticas contingentes – e a da família

* Professora do Departamento e do Mestrado de Sociologia da Universidade Federal da Bahia e pesquisadora associada ao Cebrap.

como instituição – na qual a experiência de práticas passadas cristalizava-se num âmbito normativo. Essa convergência obscurecia as diversidades expressas tanto no modo plural como os arranjos familiares se equacionavam, quanto nos macrocontextos culturais em que esses grupos sociais operavam.

Mas, como muito bem salientou Vania Salles em seu trabalho "Novos olhares sobre a família", a relação entre realidade familiar e realidade global torna-se tanto mais rica quanto mais se evidencie o efeito de determinação do contexto, que a qualifica em direções as mais variadas. Cedo os estudos de população incorporaram esse novo olhar. Através dele, as análises passaram a ter em conta elementos situacionais operantes no âmbito microssocial, no próprio grupo familiar. Dentre eles destacaram-se, por exemplo: (a) a nova configuração dos papéis sociais dos seus membros, do que decorriam mudanças importantes nas relações conjugais, nas relações intergeracionais e, sobretudo, nas estruturas e divisão de poder no âmbito intragrupal; (b) as inovações nos modos de construir ou dissolver grupos familiares; (c) a própria dimensão e complexidade do grupo, particularmente no que diz respeito ao significado da diminuição do tamanho da família (um fato irreversível?).

Esse contexto alargou-se progressivamente. Dele passaram a fazer parte elementos culturais mais abrangentes, como as mudanças nos valores e pautas partilhados pelos grupos sociais com respeito (a) ao exercício da sexualidade; (b) às concepções de maternidade e paternidade; (c) à representação social sobre a chamada "condição feminina" e às diferentes formas de realizar interesses de gênero; (d) às transformações das agências de socialização de gerações (como os grupos de idade e de amizade, os meios escolares, os meios de comunicação, entre outros), que fazem com que a família, constituinte da

prole, seja apenas um dos espaços de socialização e de transformação desta em grupo geracional, portador de um modo de vida próprio.

Mas a nova sociologia das relações e desigualdades sociais no trabalho tem instigado os estudos de população, estimulando-os com novas abordagens sobre o tema "trabalho, família e reprodução". Destaca-se, hoje, o significado das mudanças que se dão tanto no âmbito da família, quanto no âmbito do mercado de trabalho; tanto numa ordem simbólica e subjetiva, como numa ordem jurídica e normativa; tanto na dimensão das oportunidades econômicas, quanto na dimensão das condições políticas de exercício da cidadania. Os trabalhos de Iracema Brandão Guimarães e Vera da Silva Telles, discutidos em seguida, testemunham esses novos avanços analíticos, alertando-nos de que toda crise teórica tem sempre uma dimensão criadora, que vivifica antigos campos, enriquecendo com novas evidências empíricas e novos olhares interpretativos aquilo que se supunha fossem antigas tematizações analíticas. Por meio desses textos podemos ter uma imagem das novas tendências interpretativas na Sociologia brasileira, de enorme interesse para os estudos de população.

Família, modo de vida e trabalho na confluência entre o público e o privado

No texto "As articulações possíveis: família e reprodução em um segmento operário", Iracema Brandão Guimarães propõe-se dois objetivos. Na primeira parte, revisa a literatura das Ciências Sociais no Brasil, verificando como tem sido equacionado o trinômio "família, trabalho e reprodução cotidiana". Na segunda, ilustra, com base em uma pesquisa amostral conduzida entre trabalhadores contratados por cinco empresas petroquímicas baianas, algumas característi-

cas de composição ocupacional e de organização familiar desse grupo social.

O texto suscita várias indagações instigantes. Algumas delas referem-se ao caráter da mobilização familiar para o trabalho: será ela um traço permanente na organização social? em que condições, e para que segmentos sociais, ela permanece importante? trata-se de mera estratégia compensatória, imposta por situações de pobreza?

Outras indagações remetem ao significado das formas de organização familiar para elucidar o processo de formação e reprodução das classes sociais. Nesse sentido, e superando o funcionalismo inerente às interpretações do tipo "lógica da pobreza", a mobilização familiar para o trabalho ganha importância analítica tanto por sua capacidade de produzir uma experiência particular de classe, quanto por ser, ela mesma, um produto do processo de construção identitária de classes. No bojo desse processo, representações relativas a direitos inatingidos têm sustentado estratégias de ação e práticas políticas voltadas para a garantia da reprodução cotidiana. Assim concebido, o mundo privado da família torna-se uma esfera verdadeiramente abrangente, preñe de significados para a análise sociológica.

A essas indagações somam-se outras mais, que fazem parte da agenda habitual na literatura sobre o tema, mas que nem por isso são menos relevantes. Destaco, a seguir, algumas delas. Uma vez pensada a transição para a família nuclear como um *tipo ideal* antes que como um *tipo médio*, pode-se falar em um padrão familiar dominante? Nesse caso, como o mesmo configurar-se-ia entre as classes trabalhadoras, especialmente depois de descartada a hipótese dos fi-

lhos como investimento (ou resultantes de ações intencionadas) no âmbito de estratégias familiares de sobrevivência?

Outra questão que tem atizado a literatura especializada, e que continua pertinente, diz respeito ao valor heurístico da categoria "família" quando se trata, especificamente, de interpretar a relação entre trabalho e reprodução. O que a faz preferível, por exemplo, à noção de "grupo doméstico" (1)? Qual dessas categorias é mais operativa, dada a natureza do grupo social analisado pela autora? Há nele um padrão dominante de família? Só a resposta a essa indagação preliminar permitiria estabelecer os limites entre grupo familiar e unidade doméstica e, nesse sentido, documentar a precedência analítica da primeira categoria sobre a segunda.

Por outro lado, assumindo a existência de um processo de mudança cultural, no sentido da individualização dos modos de vida e da valorização de mundos privados, como essas tendências convivem com aquelas outras que apontam para a modernização da vida cotidiana – e do trabalho (ou das condições de trabalho) – nas unidades domésticas, tal como analisado por Chabaud-Rychter e Fougerollas (1985)? Qual o alcance desses processos numa sociedade de consumo fortemente segmentada como a brasileira? Como isso atinge as unidades domésticas estudadas pela autora?

Isto porque sua análise se detém num contingente especial de trabalhadores: assalariados de uma indústria dinâmica, tecnologicamente avançada e significativa para o desenvolvimento de uma região ainda escassamente industrializada. Por isso mesmo, no momento inicial de funcionamento dessas empresas, os padrões de remuneração e os

(1) Se por meio dessa última categoria pode-se abordar a estruturação dos grupos sociais em redes de relações nas quais o parentesco é um dos elos (certamente importante), porém não exclusivo.

estilos de gestão adotados redundaram em elevados salários diretos e benefícios indiretos que envolviam, inclusive, o estímulo financeiro a um padrão inusual de consumo, dado o modo de vida pretérito daqueles indivíduos. Nessas condições, a mobilização familiar para o trabalho, tanto quanto as condições de exercício do trabalho doméstico pelos não-assalariados, refletiam as características desse contexto. Hoje, quando uma profunda reestruturação organizacional atinge o setor, reduzindo-o à metade no que diz respeito ao número de trabalhadores diretamente contratados, os "sobreviventes" têm um perfil particular e estão sujeitos a políticas de pessoal bastante parcimoniosas, para não dizer avaras, na concessão de salários e outros benefícios.

Muito provavelmente, as questões que movem a autora passam a assumir características especiais no momento atual, bastante distintas daquelas manifestas na conjuntura de partida das plantas industriais que compõem o Complexo Petroquímico de Camaçari. Isto valoriza sobremaneira a oportunidade do seu estudo empírico. Em especial porque a reestruturação organizacional em curso tem afetado muito seletivamente a força de trabalho empregada. Em Camaçari, ela reduziu de modo avassalador o trabalho de escritório, exatamente aquele que empregava o maior contingente de mulheres (cerca de 53% da amostra colhida por Iracema Guimarães), e especialmente onde eram absorvidas as trabalhadoras com mais idade (ver Quadro 1 da autora). Entretanto, reduziu-se também de forma significativa (e pela primeira vez) o número de trabalhadores na produção e na manutenção, onde os postos são ocupados quase que exclusivamente por homens. Estudo recente do Sindicato de

Trabalhadores (Santos, 1994) mostra que, em apenas três anos, entre 1990 e 1993, as empresas desfizeram-se de um terço da força de trabalho diretamente contratada. No trabalho administrativo foram demitidas três mulheres para cada homem, em que pese os dados de Iracema Guimarães indicarem uma razão de masculinidade próxima de 1 nos escritórios (ver o seu Quadro 1). Mesmo nos laboratórios, onde a autora encontrou uma razão de 2,4:1, as mulheres foram a clientela preferida no processo de demissão, de sorte que elas ultrapassaram em mais que o dobro a força de trabalho masculina atingida.

Como isso repercutiu em um grupo familiar que se organizara até então em torno da figura do homem provedor? Decerto, a perda do emprego ou a degradação salarial introduzem novos parâmetros nos modos de vida desses grupos familiares, especialmente porque neles o pai-provedor não era apenas o responsável pela reprodução cotidiana da família nuclear. Com o seu trabalho na indústria moderna, ele pôs a família numa rota de mobilidade social ascendente; nela, a assunção de um novo padrão de consumo consignava-se em símbolos de *status* que exprimiam a descontinuidade entre o estilo de vida nos meios familiares de origem e o estilo de vida atual (mobilidade residencial intrametropolitana ou investimentos na melhoria da habitação, consumo de ampla gama de bens duráveis, acesso continuado dos filhos ao ensino privado etc.). Mais ainda, esses símbolos e os efeitos dessa mobilidade via de regra propagavam-se pela família de origem, que, de um modo ou de outro, também auferia benefícios com a ascensão social dos seus descendentes (apoio financeiro direto, melhorias nas condições de moradia dos pais, sustento de irmãos menores etc.) (2). Todo esse ar-

(2) Para descrições a respeito, provenientes de outros estudos qualitativos, ver Agier, Castro e Guimarães (1995).

ranjo social de lealdades e benefícios, erigido sobre as vantagens do *status* de trabalhador petroquímico, e no qual se incluía não apenas a unidade doméstica, mas também a família de origem, refaz-se, hoje, em busca de uma outra equação de equilíbrio.

Essa equação, sem dúvida, põe em risco valores importantes na construção identitária desse trabalhador. Até aqui, ela se constituía na franja entre várias outras identidades, parciais e às vezes conflitantes: ele era "o empregado do Pólo", para os seus grupos de referência; era "o peão" na empresa, perante as gerências e outros assalariados qualificados pelo nível universitário, e era "o negão" na sociedade baiana, tão fortemente hierarquizada segundo os atributos raciais dos seus membros. Sua condição de "trabalhador do Pólo" era o passaporte para o acesso (pessoal e dos membros da família) a um mundo material e simbólico, que sua origem social e sua condição racial seguramente obstariam. A perda do trabalho, tanto quanto a contração dos salários reais, o impedem de manter o modo de vida fortemente assentado nos sinais exteriores da mobilidade social em curso. Sinais materiais, como os exemplificados acima, mas também sinais de cunho simbólico que passavam pela retenção das esposas no âmbito doméstico e pela ausência dos filhos do mercado de trabalho, destinados que estavam ao estudo. Estará esse modo de organização da vida familiar sendo transformado? Que conseqüências essa transformação pode acarretar seja para o processo de mobilização da família para o trabalho, seja para os padrões de reprodução cotidiana desse grupo social?

A essas indagações somam-se algumas outras relativas à heterogeneida-

de interna ao contingente de assalariados empregados no Pólo Petroquímico. Certamente, em sua maioria, eles são "peões" (trabalhadores de nível médio ocupados diretamente na produção, em regime de turnos contínuos) ou "bolacheiros" (denominação usada pelos "peões" para referir os trabalhadores administrativos, que não são contratados em regime de turno) (3). Mas há outros assalariados empregados pelas empresas e, por isso mesmo, provavelmente também incluídos na amostra. Titulados em universidades, exercendo carreiras de nível superior, muitas vezes com funções de chefia e direção intermediária, eles se distinguem da ampla maioria dos "peões" e "bolacheiros" por sua origem social, cor, trajetória escolar e posição na hierarquia da empresa. Na medida em que a reestruturação organizacional corta níveis hierárquicos e enxuga gestores nas diversas funções, eles (pela primeira vez) vêem desestabilizar-se o seu modo de vida. Como, nesses segmentos, vinculam-se família e trabalho? Que valores presidem a organização e divisão de poder intrafamiliar e como os seus vários membros mobilizam-se para o trabalho?

A sua presença no universo da pesquisa abre um outro debate: a unidade por excelência de observação empírica é mesmo um segmento *operário*? Quem sabe, num registro mais amplo, devêssemos falar em *assalariados*, cuja heterogeneidade interna no que concerne às suas posições sociais os diferencia em "grupos de *status*". Essa é uma diferença decisiva, posto que constitutiva de "estilos de vida" (ao modo weberiano), dos quais resultam padrões e projetos familiares que são o foco de análise da autora. Como entrar nesse universo heterogêneo sem perder a sua

(3) Para usarmos algumas das formas "nativas" de nomear, diferenciar e, nesse sentido, constituir (no sentido bourdieusiano) grupos sociais dentro do universo dessa indústria.

riqueza, por reduzir variantes ou situações particulares aos casos modais? Com frequência, o que de específico se revela nesses casos serve para iluminar a interpretação das situações numericamente mais significativas.

O estudo empírico de natureza qualitativa que Iracema Guimarães nos promete como próxima etapa do seu trabalho de pesquisa será, sem dúvida, decisivo. Não apenas pelo que permitirá esclarecer a respeito das indagações abertas nessa primeira fase, como pelo que poderá revelar acerca das representações sobre trabalho e reprodução num grupo social bastante cioso da construção coletiva dessas mesmas representações. Isto porque a forte organização sindical dos petroquímicos na Bahia desde muito cedo acostumou-se a negociar a reprodução – pessoal e familiar – como um direito, extraído nas mesas de negociação em situações de conflito muitas vezes extremas. O sentido de privação relativa diante da riqueza gerada pelo seu trabalho sustentava a argüição do direito. Este talvez seja um dos principais pontos de contato entre os enfoques dos trabalhos de Iracema Guimarães e Vera Telles, ao qual passo em seguida.

Família, trabalho e cidadania

O texto "Família e trabalho: precariedade e pauperismo na Grande São Paulo", de Vera da Silva Telles, constitui-se numa contribuição teórica inovadora na interpretação dos nexos entre mercado, trabalho e cidadania em contextos de pauperismo.

O trabalho se sustenta em duas idéias-chave. Primeira, a de que as desigualdades e discriminações que operam no mercado de trabalho tendem a se naturalizar na ausência de uma medida de equivalência entre situações diversas, isto é, na ausência do direito. Através dele, necessidades e interesses

legítimos universalizam-se como demandas e reivindicações coletivas, impedindo a objetivação do social, a sua naturalização. Segunda idéia-chave: na ausência de limites normativamente impostos, as exigências do sobreviver fazem com que todos os membros da família sejam virtualmente transformados em população ativa. Essa intensa mobilização só encontra barreiras nos limites naturais do ciclo vital do indivíduo e da família.

Partindo desses dois eixos, a análise empírica procura identificar padrões de acesso, permanência e saída do mercado de trabalho, tal como se manifestam segundo grupos etários e de gênero. Seus resultados conduzem a um conjunto de conclusões instigantes, capazes de atizar o debate do tema entre sociólogos, em particular, tanto quanto entre os estudiosos de população, em geral. Delas depreendo, e comento em seguida, apenas três: (a) a insuficiência analítica da dimensão mercado de trabalho para interpretar a pobreza e a mobilização familiar para o trabalho; (b) o papel do direito e das políticas sociais como pressupostos da preservação do potencial produtivo da força de trabalho; (c) a qualificação como construção socialmente produzida e não mera derivação de características objetivadas na força de trabalho disponível no mercado.

Que dizer da insuficiência do âmbito do mercado de trabalho para identificar e caracterizar as situações de pobreza? Como entendê-la? Ou, por outra, como assumir as pistas e insinuações da autora de modo a levar ao limite as suas possibilidades interpretativas?

Em primeiro lugar, o texto nos municia com fartas evidências de que, se o mercado não é suficiente, ele é uma condição *necessária* ao entendimento da pobreza. E não apenas no sentido restrito de que é nele que se encontram vendedores e compradores de força de trabalho, cruzando-se oferta e demanda. A própria análise de Vera

Telles provê os elementos para irmos adiante.

De fato, a seletividade (de ingresso, permanência e saída) que se verifica no mercado de trabalho reflete as formas *sociais* de representar – como qualificação – os atributos, isto é, as qualidades dos sujeitos (sexo/gênero, idade/geração, raça/etnia etc.). Nesse sentido, o mercado pode ser visto como mais um âmbito onde a eficácia simbólica do efeito de nomeação tem a virtualidade de estruturar relações sociais.

Mas o mercado de trabalho é também, em termos sociológicos, um *locus* central na formação da sociabilidade, na construção de um autoconhecimento, de uma auto-identificação. Dito de outro modo: vendo agora a questão da perspectiva do indivíduo que a ele acede (4), a sua posição no mercado é um elemento de primeira grandeza na sua própria estruturação *como pessoa*, na sua representação de si. E não apenas na reprodução da sua capacidade de trabalho, na sua reprodução como força de trabalho. Exemplo? O significado do desemprego na formação das identidades masculina e feminina, sobre o que já se dispõe, hoje, de consistente literatura, à qual alude também a autora.

Creio que essas características permitem repor a centralidade analítica do mercado de trabalho. Elas dão os elementos interpretativos para entender como as formas de discriminação (5) estruturam as escolhas dos sujeitos; e o fazem com um tal peso inercial que reduzem a eficácia das chamadas “estratégias familiares de sobrevivência”, incapazes de contra-arrestar o efeito do pauperismo virtual, decorrente do modo de inserir-se e permanecer no mercado de trabalho.

Assim sendo, creio que as próprias evidências reunidas no texto de Vera Telles confluem para nos mostrar que, se o mercado de trabalho não é uma condição suficiente para explicar o pauperismo, uma nova abordagem (como a da autora) pode fazer dele uma condição necessária – e de primeira hora – para o entendimento da produção (e superação) do que no texto se denomina “pauperismo virtual”.

Uma segunda conclusão significativa sobre a qual gostaria de refletir refere-se à idéia de que o direito e as políticas sociais são um pressuposto da preservação do potencial produtivo da força de trabalho. Essa formulação, tributária do pensamento de Claus Offe, encontra pontos de contato em outras interpretações igualmente instigantes da Sociologia do Trabalho, como a de Michael Burawoy (1985).

Acrescentaria que, mais que preservação do potencial produtivo da força de trabalho (ao modo de Offe), penso (com Burawoy) que o direito e as políticas sociais põem sobre a mesa da história da cidadania operária, ou da cidadania trabalhadora (termos usados aqui em sentido quase intercambiável), a chance de superar o despotismo do mercado, tal como descrito por Marx para o século XIX. Abre-se, assim, a possibilidade histórica de regimes de gestão do trabalho que requerem a construção de hegemonia, no sentido de obtenção do consentimento ativo do trabalhador, do seu compromisso com a produção. Isto porque, só sob a garantia de direitos e sob a ação das políticas sociais o trabalhador pode exercer a sua *autonomia* (visando a autopreservação) diante de situações de trabalho predatórias, seja do ponto de vista material, seja do ponto de vista simbólico.

(4) E não apenas dos sistemas de classificação e de atribuição valorativa de quem o recruta.

(5) Tanto a autodiscriminação, quanto a discriminação pelos outros.

Assim ampliado o argumento, nele se inclui, como idéia correlata, o que aparece no texto como uma outra conclusão, qual seja, a de que o direito é uma instância verdadeiramente constitutiva do trabalho, significando isso que: (a) na ausência do mesmo, as fronteiras entre trabalho e não-trabalho não se constituem plenamente e (b) somente perante ele a negociação de interesses legítimos pode substituir a aceitação passiva da naturalização de atributos como a qualificação.

Isso nos remete ao terceiro dos argumentos que gostaria de comentar, qual seja, o de que a qualificação não é derivada de características objetivadas na força de trabalho disponível no mercado, mas é produzida socialmente. Com essa formulação, Vera Telles incorpora-se ao novo movimento teórico no tema, o qual teve nos estudos feministas os seus grandes precursores. Deles, a abordagem da autora bebe a preocupação em interpretar a qualificação como representação socialmente partilhada de qualidades dos sujeitos. Isso equivale a dizer que (a) diferenças são socialmente traduzidas em termos de qualidades e (b) que a representação das diferenças enquanto qualificação tem eficácia tanto para dominantes (gerências, por exemplo) quanto para dominados (trabalhadores, para seguir na mesma linha de exemplificação).

Desse modo, a qualificação surge como uma variável interveniente de primeira grandeza, por seu grande poder de discriminar diferenças no mercado de trabalho. Exatamente por isso, alguns

cuidados de natureza substantiva e metodológica tornam-se necessários. Começando pelos últimos, a questão-chave é: como medi-la? Pelo exercício de *funções* tidas como qualificadas? Ou pela forma como os *indivíduos* são classificados segundo o seu capital cultural (via de regra, escolar)? Essas são formas diferentes, o que não quer dizer que uma delas seja necessariamente preferencial à outra; significa simplesmente que, em grandes *surveys* no mercado de trabalho, decisões são tomadas e a interpretação dos dados resultantes deve tê-las no ponto de partida, como pressupostos.

Figuremos algumas situações que desafiam a interpretação. Por exemplo, nem sempre os *indivíduos* que exercem funções tidas como des(ou semi)qualificadas são igualmente des(ou semi)qualificados. Estudos empíricos apontam que o investimento contínuo na escolarização (ou no aperfeiçoamento profissional, se quisermos) é uma "estratégia de contorno" usada com frequência por trabalhadores para atingir seus alvos de mobilidade socioprofissional. Ora, isso cria uma defasagem entre, por um lado, a qualificação socialmente atribuída à função exercida e, por outro, o montante de capital cultural (escolar, por exemplo) acumulado pelo indivíduo cujas ações se orientam para alvos de mobilidade (6). Assim, inferências sobre a qualificação dos indivíduos construídas a partir da classificação atribuída à função exercida podem conter margem de erro não desprezível.

(6) Isto é muito interessante para a reflexão sobre as trajetórias femininas no mercado de trabalho. Se acreditamos que os investimentos sistemáticos na qualificação são característicos do mundo simbólico masculino, como enfrentar os dados (desconcertantes) de que há uma tendência persistente e generalizada (por setor, espaço etc.) a ganhos de escolarização entre as mulheres? Essa tendência responde, então, a que motivações e auto-representações (de si, de suas trajetórias...)? Acredito que análises desagregadas sobre carreiras e estratégias femininas no mercado de trabalho em muito ajudariam a formular interpretações mais consistentes. Em outros trabalhos, arrisquei tratar a sobreescolarização como estratégia de contorno à exclusão usada com frequência e algum êxito entre mulheres de certos grupos sociais (ver Castro e Sá-Barreto, 1993, e Castro e Guimarães, 1993).

Outro exemplo: nem sempre funções socialmente classificadas como qualificadas (ou desqualificadas) o são na realidade. Os estudos feministas são abundantes em evidências acerca de como o acesso de mulheres a certas ocupações com freqüência acarretou uma "feminização" dessas tarefas, importando em sua reclassificação como funções desqualificadas. Ou, ainda, como tarefas representadas tradicionalmente como "femininas" eram igualmente tidas como sem-qualificação pelo simples fato de que os atributos de que as mulheres lançavam mão ao exercê-las não possuíam a chancela da aprendizagem institucional que os legitimaria socialmente como qualificações.

Do ponto de vista teórico, o percurso adotado por Vera Telles requer muito cuidado para que a fuga da naturalização não nos leve ao caminho, igualmente arriscado, da objetivação do processo de produção social da qualificação. De fato, essa foi a armadilha que aprisionou a formulação de Harry Braverman (1974). Sua teorização sobre a degradação do trabalho sob o capital sustentava-se operacionalmente no suposto da desqualificação progressiva do trabalhador individual, forjada num processo estrutural necessário e, por isso mesmo, carente de sujeitos sociais.

Ora, dos anos 70 para cá, temos tido fartos exemplos empíricos de que a reorganização do trabalho pode andar de braços com a recomposição de tarefas (e não necessariamente com a sua fragmentação), com a polivalência (e não apenas com a multitarefa), com o requisito de competências cognitivas (e não apenas com competências atitudinais referidas ao disciplinamento para o trabalho) e, sobretudo, com a importância do conhecimento tácito criado pelo indivíduo em sua experiência cotidiana do trabalho, decisivo para que as estratégias organizacionais ingressem em momentos/processos de inovação incremental. Tudo isso confronta o objetivis-

mo bravermaniano, sustentado numa representação do trabalho humano como espaço carente de criação e do saber operários, como produto de uma lógica estrutural que prescinde de sujeitos sociais.

Os chamados "estudos do processo de trabalho" mostram como diferentes estratégias de modernização têm impactos distintos sobre as condições de uso da inteligência humana no trabalho. Nesse sentido, creio que se torna necessário separar dimensões no debate sobre o caso brasileiro. Há nele um componente estrutural e histórico que fixa alguns parâmetros importantes, tais como o persistente autoritarismo das chefias e a ausência de uma cidadania operária que prevaleça de modo generalizado nos locais de trabalho. Mas há um componente conjuntural que põe em cheque esses parâmetros históricos da gestão do trabalho no Brasil: a emergência do chamado "novo sindicalismo" pôs na ordem do dia a questão do custo político embutido na gestão da força de trabalho; este passou a ter uma centralidade inusual no discurso e nas práticas gerenciais. O paradoxo a que chegamos foi bem equacionado por Ruy Carvalho (1992) no próprio título de um dos seus recentes trabalhos: um projeto de modernização industrial de primeiro mundo com conhecimento e relações de trabalho de terceiro mundo.

Decerto, já estou bastante distante do tema de partida de Vera Telles, provavelmente estimulada pela riqueza interpretativa das suas hipóteses. Talvez também por isso possa, sem pejo, desafiar a autora a seguir no seu caminho de reflexão de modo a nos oferecer, no futuro, mais um passo analítico em que retome o objeto proposto nessa mesa de discussão: a família. De fato, a análise empírica atual já desvenda, com enorme riqueza interpretativa, toda uma gama de situações em que a autora pode justapor diferenciais de competitividade no mercado de trabalho (homens

versus mulheres; adultos *versus* jovens; homens adultos *versus* mulheres adultas; homens jovens *versus* mulheres jovens etc.). O passo analítico subsequente resultaria em fazer emergir o próprio grupo familiar (e não cada um dos seus membros-tipo) como unidade última de reflexão, naturalmente partindo desse quadro de justaposições já pre-

viamente delineado. A autora, em seu texto, já deixa pistas promissoras, principalmente quando remete o leitor ao ciclo de vida familiar como um dos elementos explicativos de primeira grandeza. Os estudos de população muito terão a lucrar com os seus próximos passos.

Referências bibliográficas

- AGIER, M.; CASTRO, Nadya A. e GUIMARÃES, Antonio Sérgio. *Imagens e identidades do trabalho*. São Paulo, Hucitec, 1995.
- BRAVERMAN, Harry. *Labor and monopoly capital*. Nova York, Monthly Review Press, 1974.
- BURAWOY, Michael. *The politics of production*. Londres, Verso, 1985.
- CARVALHO, Ruy Q. "Projeto de Primeiro Mundo com conhecimento e trabalho de Terceiro?". *Textos para Discussão*, Campinas, DPCT/IG-Unicamp, 1992.
- CASTRO, Nadya A. e GUIMARÃES, Antonio Sérgio. "Desigualdades raciais no mercado e nos locais de trabalho". *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, Centro de Estudos Afro-Asiáticos/Sociedade Brasileira de Instrução, n. 24, julho, 1993, pp.23-60.
- CASTRO, Nadya A. e SÁ-BARRETO, Vanda S. de. "Os negros que dão certo: mercado de trabalho, mobilidade e desigualdades ocupacionais". *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, ABEP, vol. 9, n. 2, 1992, pp.138-54.
- CHABAUD-RYCHTER, Danielle e FOUGEROLLAS, Dominique. *Espace et temps du travail domestique*. Paris, Librairie des Méridiens, 1985.
- SANTOS, Martha M.R. *Análise da trajetória dos demitidos das empresas químicas e petroquímicas*. Salvador, Sindiquímica, janeiro, 1994.